ISSN: 2358-8829

SABERES INDÍGENAS NO CONTEXTO ESCOLAR: AÇÃO EDUCATIVA ATRAVÉS DA METODOLOGIA TEHÊY

Anacleide Assunção Costa Aguiar Dessano [1]
Natália Rejane Salim [2]

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, estabelecida pela Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, completa mais de quinze anos. Ainda assim, a presença dos povos indígenas no currículo escolar continua marcada, em muitos contextos, por abordagens pontuais, concentradas em datas comemorativas e apoiadas em imagens genéricas e descontextualizadas (BRASIL, 2008). Essas representações apagam a diversidade de mais de trezentos povos e centenas de línguas indígenas existentes no país (IBGE, 2012) e alimentam formas cotidianas de racismo que atravessam a escola, os serviços de saúde e as demais instituições.

A educação das relações étnico-raciais exige, portanto, mais do que a inclusão de conteúdos. Requer deslocar quem fala, de onde se fala e com quais ferramentas pedagógicas. Nesse sentido, as pedagogias indígenas oferecem caminhos próprios de produção e partilha de conhecimento, enraizados na terra, na memória coletiva e na relação com outros seres (FIGUEIREDO; BRAZ; ROMERO, 2021). Uma dessas pedagogias é o Tehêy, a pescaria de conhecimento, criado por Dona Liça Pataxoop na escola-comunidade Muã Mimãtxi, em Itapecerica (MG), e que vem sendo reconhecido também como metodologia de pesquisa nas universidades (BRAZ; VALADARES, 2021; PEREIRA; ARAÚJO PATAXÓ; SILVA ATIKUM, 2024).

No campo da saúde, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), em sua edição Equidade, propõe incorporar aos processos formativos as temáticas de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiência, com ênfase na integração entre ensino, serviço e comunidade (BRASIL, 2023). Reconhecer o racismo

[1] Mestra em Educação. Doutoranda do PPGE-Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. anacleideassuncaocostaaguiar@gmail.com
[2] Docente do Departamento de Enfermagem da Usiversidade Federal de São Carlos. nat.salim@ufscar.br

ISSN: 2358-8829

como determinante das condições de vida e saúde implica atuar também nos territórios onde as desigualdades se produzem e se reproduzem.

Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência educativa desenvolvida com estudantes dos 6ºs anos de uma escola estadual de um bairro periférico de São Carlos (SP), conduzida por docentes do campo da saúde e por estudantes indígenas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) por meio da metodologia Tehêy, no âmbito do PET(Programa de Educação Tutorial)-Saúde Equidade. Busca-se, ainda, discutir como a presença indígena e o uso de uma metodologia indígena na escola podem contribuir para uma educação antirracista e comprometida com a equidade.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e descritiva, sobre uma ação educativa realizada em novembro de 2025 em uma escola estadual localizada em bairro periférico de São Carlos (SP), parceira do PET-Saúde Equidade da UFSCar. Participaram cerca de 50 estudantes de turmas dos 6ºs anos do ensino fundamental. A ação foi conduzida por estudantes indígenas da UFSCar, com apoio de docentes do curso de Enfermagem e da equipe escolar, em encontro com duração aproximada de três horas.

A atividade foi organizada a partir da metodologia Tehêy. Na tradição Pataxoop, o Tehêy é uma rede de pesca tecida com fibras, usada por mulheres e crianças nos rios: quando a água baixa, os peixes ficam presos, os maiores são recolhidos e os menores devolvidos para crescer (PAGENOTTO, 2022). Transposto para o ensino, o tehêy torna-se um conjunto de desenhos que “pescam” conhecimentos sobre um tema e os conectam entre si, funcionando como um “livro vivo” em que a imagem é a escrita (PAGENOTTO, 2022; BRAZ; VALADARES, 2021).

A ação foi desenvolvida em três momentos:

1. Apresentação e roda de conversa: as estudantes indígenas apresentaram-se, falaram de seus povos e territórios de origem e da diversidade dos povos indígenas no Brasil, mostrando artefatos e objetos culturais. As crianças foram convidadas fazerem perguntas e compartilhar suas dúvidas e experiências livremente.

2. Construção coletiva do Tehêy: a partir do que foi conversado, as crianças registraram, por meio de desenhos em uma superfície comum, os conhecimentos “pescados” durante o encontro, mediadas pelas estudantes indígenas. Foram feitos

pequenos grupos e os desenhos foram construídos coletivamente, conforme a metodologia.

3. Partilha e fechamento: o grupo observou e compartilhou o Tehêy construído

Os dados foram registrados por meio de reflexões e registros fotográficos das facilitadoras e docentes. A análise considerou as perguntas formuladas pelas crianças, as formas de participação observadas e o material produzido. Por se tratar de relato de experiência, sem coleta de dados identificáveis, preservou-se o anonimato da escola e dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Logo no início da roda de conversa, as crianças perguntaram: “De onde vocês vieram?”, “Vocês são índios?” e “Sabem fazer a dança da chuva?”. As perguntas expressam curiosidade genuína, mas também revelam o imaginário que a sociedade e as instituições construíram sobre os povos indígenas. A primeira sugere que pessoas indígenas pertencem a um lugar distante, a floresta ou o passado, e não à cidade, à universidade ou à escola do bairro. A segunda recorre a uma categoria genérica, atribuída pelo colonizador, que dissolve povos, línguas e histórias distintas em uma única figura. A terceira reproduz uma representação exótica e caricata, frequentemente difundida pela mídia e por atividades escolares comemorativas.

Essas falas não foram tratadas como erro a ser corrigido, mas como ponto de partida. As estudantes indígenas responderam a partir de suas próprias trajetórias: nomearam seus povos, problematizaram o uso do termo “índio”, falaram da importância da preservação cultural de cada povo e mostraram que vivem, estudam e produzem conhecimento na universidade. Esse deslocamento vai ao encontro do que preveem a Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que pedem o reconhecimento da diversidade e o enfrentamento de estereótipos, e não apenas a menção aos povos indígenas (BRASIL, 2004; 2008).

Na construção do Tehêy, as crianças desenharam o que haviam “pescado” no encontro: pessoas, animais, plantas, artefatos e elementos dos territórios apresentados. A metodologia favoreceu a participação porque não exige domínio da escrita alfabética nem uma resposta certa. Como afirma Dona Liça Pataxoop, sua escrita é a imagem, aprendida

ISSN: 2358-8829

desde os desenhos feitos com o dedo na areia e na terra (FIGUEIREDO; BRAZ; ROMERO, 2021). Ao adotar essa forma de registro, a escola reconhece que o conhecimento pode ser produzido e legitimado por linguagens diferentes daquelas que costumam hierarquizar os estudantes.

A imagem da pesca também orienta uma ética do conhecimento. Assim como na pescaria tradicional se recolhem os peixes grandes e se devolvem os pequenos, no Tehêy se seleciona o que é importante para aquele momento, sem esgotar o tema (PAGENOTTO, 2022). Para o povo Pataxoop, o conhecimento está perto, "implícito em tudo da vida", e precisa ser pescado com atenção e escuta (FIGUEIREDO; BRAZ; ROMERO, 2021). Levar essa perspectiva para uma escola urbana significou convidar as crianças a olhar para o próprio entorno como lugar de saber, e não apenas para os conteúdos vindos de fora.

Nem todas as crianças se envolveram da mesma maneira. Parte delas dedicou-se diretamente ao desenho coletivo, enquanto outras permaneceram junto aos artefatos e objetos culturais, manuseando-os e fazendo perguntas. Miranda e Mayorga (2024) descrevem o Tehêy como um modo de conhecer encarnado, localizado e autobiográfico. Na experiência relatada, isso se traduziu em uma aprendizagem que passou pelo corpo, pelo toque nos objetos, pelo movimento e pelo trabalho em grupo.

A ação também inverteu o sentido habitual da relação entre universidade e escola. Pereira, Araújo Pataxó e Silva Atikum (2024) mostram que o Tehêy já circula na universidade como metodologia de pesquisa, contribuindo para o reconhecimento dos saberes indígenas no meio acadêmico.

Para o PET-Saúde Equidade, essa articulação tem sentido formativo. O enfrentamento do racismo e a promoção da equidade étnico-racial, eixos do programa (BRASIL, 2023), dependem de profissionais de saúde capazes de reconhecer a diversidade dos povos e de escutar outros modos de compreender o corpo, o cuidado e o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência mostrou que a presença de estudantes indígenas na escola, aliada ao uso de uma metodologia indígena, cria condições para que os estereótipos sejam nomeados e problematizados no diálogo, sem constrangimento para as crianças.

O Tehêy revelou-se uma ferramenta pedagógica potente para a educação das relações étnico-raciais. Por valorizar a imagem como escrita, a construção coletiva e diferentes

formas de participação, ele amplia quem pode aprender e de que modo. Ao mesmo tempo, sua origem na pesca Pataxoop lembra que essa metodologia carrega uma história e um território, o que exige que seu uso nas escolas seja feito com reconhecimento da autoria de Dona Liça Pataxoop e, de preferência, com a mediação de pessoas indígenas.

A ação fortaleceu vínculos entre escola, universidade e comunidade. Como limitação, destaca-se o caráter pontual da atividade. Recomenda-se a continuidade de ações desse tipo ao longo do ano letivo, com envolvimento de professores da escola, de modo que a presença indígena não se restrinja a datas comemorativas e se torne parte permanente de uma educação antirracista e comprometida com a valorização dos diferentes saberes

Palavras-chave: Educação intercultural; Saberes indígenas; Tehêy; Escola; Extensão universitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital SGTES/MS nº 11, de 16 de setembro de 2023. Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde: Equidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 3, p. 189, 17 nov. 2023.

BRAZ, W. A.; VALADARES, J. M. Educação na aldeia e escola indígena de Muã Mimatxi: o tehêy de pescaria de conhecimento. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e237456, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/XmXm9gL8jPHc8nVDqhHVBzn/?lang=pt.

FIGUEIREDO, P. M.; BRAZ, S. A.; ROMERO, R. "Ciência da Terra": aprendendo com os tehey em Muã Mimãtxi. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 38, p. 67-88, set./dez. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MIRANDA, Á. B.; MAYORGA, C. O Tehêy de Pescaria do Conhecimento da professora indígena Dona Liça Pataxoop como metodologia para a defesa do corpo-território das mulheres de Abya Ayala. Praxis Educativa, Santa Rosa (Argentina), v. 28, n. 2, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/1531/153177973007/html/.

PAGENOTTO, M. L. Minha escrita é o tehêy, resistência e memória da nossa história. Itaú Social, 30 maio 2022. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/minha-escrita-e-o-tehey-resistencia-e-memoria-da-nossa-historia/.

PEREIRA, M. J. A.; ARAÚJO PATAXÓ, U. J. B.; SILVA ATIKUM, V. J. J. O Tehêy de dona Liça Pataxoop: metodologia indígena fazendo pescaria de conhecimentos também nas universidades. Revista Interfaces, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 220-247, 2024. DOI: https://doi.org/10.60001/ricla.v34.n1.11.